

BRASILIANAS

Paulo H. Carvalho/Agência Brasília



Há um complexo sistema de arrecadação no DF

Arrecadação por multas de trânsito no DF cai em 2025

A arrecadação com multas de trânsito apresentou queda em 2025, após dois anos consecutivos de valores acima da marca dos R\$ 380 milhões. Dados oficiais mostram que o Governo do Distrito Federal recolheu R\$ 333,5 milhões em multas no ano passado, resultado inferior ao registrado em 2024 e 2023

O comportamento da arrecadação nos últimos sete anos - que coincidem com a gestão do governador Ibaneis Rocha (MDB) - revela um movimento de crescimento contínuo até 2023, seguido de retração nos dois anos seguintes.

Comparativo anual das arrecadações:

Ano	Valor arrecadado
2025	R\$ 333.552.884,83
2024	R\$ 386.919.918,97
2023	R\$ 396.498.059,01
2022	R\$ 303.360.640,43
2021	R\$ 239.415.212,13
2020	R\$ 251.968.218,46
2019	R\$ 289.074.196,01

Divulgação



Capa do single com o frevo, no Spotify

Novo projeto: 'Isso é só o começo'

Os compositores Ale Corrêa e Renato Castelo começaram 2026 em ritmo acelerado, com novos projetos musicais e literários. Na segunda-feira (12), os artistas participaram ao vivo do programa "Espaço Arte", da Rádio Nacional, onde apresentaram detalhes de suas criações mais recentes e conversaram sobre o processo artístico que marca a trajetória de ambos.

A principal novidade é o single "Isso é Só o Começo", lançado no dia 12 de janeiro, em todas as plataformas de streaming. A composição, assinada pela dupla, é um Frevo Canção que celebra o universo carnavalesco por meio de imagens vibrantes e sentimentos como paixão, liberdade e entrega. O arranjo, concebido para power trio — guitarra, baixo e bateria — com voz, aposta em uma sonoridade festiva, marcada por contracantos de guitarra que reforçam o caráter dançante da faixa.

O livro que leva o mesmo nome do projeto será lançado nesta sexta-feira, 16 de janeiro, às 19h, na Livraria Baixo Norte (CLN 411, bloco E).

POR
WILLIAM FRANÇA

Maior arrecadação aconteceu em 2023

A tendência recente é a de queda após pico histórico. O maior volume arrecadado no período ocorreu em 2023, quando o GDF ultrapassou R\$ 396 milhões.

Desde então, o montante vem diminuindo, uma vez que em 2024 registrou queda de cerca de R\$ 9,5 milhões em relação a 2023. E 2025 aprofundou essa redução, com arrecadação R\$ 53,3 milhões menor que a de 2024.

A queda acumulada entre 2023 e 2025 chega a aproximadamente R\$ 63 milhões.

Mesmo com a queda recente, a arrecadação de 2025 permanece acima dos valores observados antes da pandemia.

Em 2019, por exemplo, o total arrecadado foi de R\$ 289 milhões — cerca de R\$ 44 milhões a menos que em 2025.

A arrecadação de multas no Distrito Federal em 2025 revela a forte presença dos diferentes tipos de fiscalização no trânsito, tanto do DER quanto do Detran.

Entre as fontes de receita, os radares fixos do DER aparecem como um dos principais responsáveis, somando R\$ 38,4 milhões ao longo do ano.

R\$ 13 MI em multas diretas por agentes

A Polícia Militar do DF, atuando em conjunto com o órgão rodoviário, também teve participação expressiva, com R\$ 40,7 milhões arrecadados em autuações.

As barreiras eletrônicas administradas pelo DER contribuíram com mais R\$ 24,5 milhões, enquanto as multas aplicadas diretamente por agentes de trânsito do próprio departamento somaram R\$ 13,1 milhões.

No âmbito do Detran, a arrecadação foi ainda mais robusta. As multas aplicadas pelo órgão chegaram a R\$ 112,3 milhões, representando a maior fatia entre todas as categorias.

As barreiras eletrônicas do sistema BET também tiveram impacto relevante: o BET I gerou R\$ 38,8 milhões, enquanto o BET II acrescentou outros R\$ 76 mil. As autuações registradas por avanço de semáforo renderam R\$ 4,2 milhões, e os radares estáticos, utilizados em operações pontuais, contribuíram com R\$ 15 mil.

Já as ações conjuntas entre PMDF e Detran resultaram em R\$ 61 milhões.

Divulgação/Polícia Ambiental



Ações abrangem maus-tratos a animais e tráfico de fauna

GDF amplia fiscalização na área ambiental

Ao todo, foram contabilizadas 2.817 ações fiscais no ano passado

Da Redação

A Superintendência de Fiscalização e Auditoria Ambiental (Sufam) do Instituto Brasília Ambiental apresentou um balanço expressivo das atividades de 2025. Ao todo, foram contabilizadas 2.817 ações fiscais, distribuídas por todas as regiões administrativas do Distrito Federal, tanto dentro quanto fora das unidades de conservação (UCs).

O resultado consolida a Sufam como um dos principais pilares da política ambiental do DF, unindo fiscalização, monitoramento, auditoria e participação social para assegurar a preservação dos recursos naturais e o cumprimento da legislação ambiental. As ações de fiscalização abrangem diversos temas, como maus-tratos a animais, tráfico de fauna silvestre, desmatamento, cumprimento de condicionantes ambientais e vazamentos de produtos tóxicos, entre outras infrações ambientais.

A Diretoria de Fiscalização I (Difis I) é responsável pelo controle da poluição sonora gerada por atividades industriais, bares e restaurantes, comércio varejista e atacadista, eventos, instituições religiosas e demais segmentos.

Ao longo do ano, a Difis I realizou 1.841 ações, das quais 1.303 resultaram em infração e 538 foram concluídas sem autuação, evidenciando também o caráter orientador da atuação da diretoria. A maior parte das

ações teve origem em demandas da Ouvidoria, que somaram 1.430 atendimentos.

Além disso, a Difis I registrou o atendimento de 253 demandas internas da própria diretoria, executadas por meio de ordens de serviço, bem como o acompanhamento de solicitações encaminhadas por outros órgãos, como o Ministério Público, a Polícia Militar do Distrito Federal (PMDF) e as regiões administrativas, entre outros.

Já as ações relacionadas à fauna, conduzidas pela Diretoria de Fiscalização IV (Difis IV), totalizaram 388 operações, com 154 infrações identificadas e 45 termos de apreensão lavrados. O aumento de 242% nas demandas da Ouvidoria em relação a 2024 reforça o papel da participação popular no combate aos maus-tratos e crimes contra a fauna silvestre.

A Diretoria de Fiscalização V (Difis V) é responsável pelas auditorias e fiscalizações de atividades licenciáveis, pela apuração de denúncias de desmatamento e supressão irregular de vegetação fora de áreas protegidas e pelo controle da Taxa de Controle e Fiscalização Ambiental — TCFA. Em 2025, a diretoria realizou 299 ações fiscais, com cerca de 18% de infrações identificadas, concentradas principalmente em casos de parcelamento irregular do solo, postos de combustíveis e obras civis.